



## **LEI ORDINÁRIA Nº 505**

*de 31 de agosto de 1983*

### **DISPÕE SOBRE O REGIME DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*ENGº JOSÉ VICENTE DE SANCTIS PIRES, PREFEITO MUNICIPAL DE  
JARDIM, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, USANDO DAS  
ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A  
CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM APROVOU E EU SANCIONO A  
SEGUINTE LEI:*

#### **Art. 1º..**

*Fica instituído na Prefeitura Municipal de Jardim, o regime de suprimento de fundos obedecidas as recomendações e prescrições desta Lei.*

#### **Capítulo I. DA CONCEITUAÇÃO**

**Art. 2º..** *Em casos excepcionais e quando houver despesas não atendíveis pela via normal, poderão ser autorizados Suprimentos de Fundos.*

**Art. 3º..** *O Suprimento de Fundos para determinada despesa não poderá ter aplicação diferente da que se possa conter na classificação do respectivo elemento, salvo a hipótese de despesa miúda e de pronto pagamento cuja natureza não se possa previamente conhecer, caso em que o Suprimento de Fundos será concedido à conta do elemento "OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS".*

**Art. 4º..** O Suprimento será empenhado à conta do elemento de despesa própria em nome do servidor suprido, declarando-se a sua finalidade na parte destinada à especificação da despesa.

**Art. 5º..** Poderão realizar-se sob o regime de Suprimento os gastos decorrentes:

**I.** de pagamento de despesas extraordinárias urgentes cuja realização não permite de longa ou de despesas que tenham de ser efetuadas em lugar distante de órgão pagador;

**II.** de pagamento de despesas com a segurança pública quando declarado estado de emergência;

**III.** de despesas com alimentação em estabelecimento de assistência social ou de educação, quando as circunstâncias não permitirem o regime comum de fornecimento;

**IV.** de despesas de conservação inclusive a relativa à combustível, matéria prima e material de consumo;

**V.** de transporte em geral;

**VI.** de despesa judicial;

**VII.** de diligência administrativa e policial;

**VIII.** de excursões escolares;

**IX.** de caixa postal;

**X.** de aquisição de livros, revistas, publicações especializadas, destinadas à biblioteca e coleções;

**XI.** de despesas miúdas e de pronto pagamento.

**1º.** *A realização de despesas por Suprimento de Fundos, obriga ao responsável ao cumprimento das recomendações legais aplicáveis ao sistema de licitações para execução de serviços e obras e aquisição de materiais, ressalvadas as seguintes exceções:*

**a).** *a realização de despesas miúdas e de pronto pagamento, quando em cada caso, não excederem ao limite de 5 (cinco) vezes o valor referência, para compras e serviços e de 30 (trinta) vezes para obras;*

**b).** *nas demais hipóteses em que a Lei admita dispensa de licitação.*

**2º.** *É expressamente proibida a aquisição de material permanente por conta de suprimento destinado ao atendimento de despesas miúdas e de pronto pagamento, a conta da elemento 313200 - OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS.*

**Art. 6º..** *Considera-se despesas miúdas e de pronto pagamento:*

**I.** *a que se fizer com selos postais, telegramas, radiogramas, material de serviços de limpeza e higiene, lavagem de roupa, café e lanche, pequenos carros, transportes urbanos, pequenos carros, transportes urbanos, pequenos consertos, telefone, água, luz, força e gás e aquisição avulsa no interesse público de livros, jornais, revistas e outras publicações, além de pequenos auxílios caracterizados como assistência social de necessidade imediata, encadernação avulsa e artigos de escritórios, de desenho, impressos e papelaria em quantidade restrita, para uso ou consumo próximos ou imediatos, artigos farmacêuticos ou de laboratórios em quantidade restrita, peças e acessórios para veículos e máquinas de pequeno valor e aplicação imediata;*

**II.** *outra qualquer de pequeno vulto e de caráter urgente desde que necessário ao funcionamento normal dos órgãos municipais.*

**Art. 7º..** *Poderão receber Suprimento de Fundos:*

**I.** *O Prefeito Municipal;*

**II.** Os Secretários;

**III.** Os Chefes de Departamentos;

**IV.** Os Chefes de Divisão;

**V.** Os funcionários previamente determinados pelo Prefeito Municipal.

**1º.** Só serão concedidos Suprimentos de Fundos aos servidores indicados nos itens III, IV e V deste artigo, quando as despesas referir-se a sua área de ação e esteja capitulada nas disposições do art. 5º ou quando se destinar à viagem à serviço do Município.

**2º.** Não se concederá novo Suprimento de Fundos ao servidor que não tiver prestado contas do suprimento anterior, salvo se um deles for pedido para viagem.

**Art. 8º..** O Suprimento de Fundos será concedido para atendimento de despesas que se qualifiquem e se enquadrem nas hipóteses do Art. 5º, ou quando o servidor necessitar se deslocar para fora do município à serviço da Prefeitura devendo o interessado formular requisição à Divisão de Contabilidade, em que constem os seguintes requisitos:

**I.** Nome, cargo ou função do servidor responsável pela movimentação do suprimento;

**II.** Unidade Orçamentária por onde correrá a despesa;

**III.** Indicação do valor do suprimento;

**IV.** Fim a que se destina o recurso;

**V.** Fundamento regulamentar.

**1º.** As requisições de Suprimento de Fundos, serão visadas pelo Secretário de Fazenda.

**2º.** As requisições de Suprimento não serão processadas sem o VISTO a que se refere o parágrafo anterior.

**Art. 9º..** Os credenciados no Art. 7º, poderão receber, mensalmente suprimento para atendimento de suas necessidades primárias e ficarão obrigados a apresentar suas prestações de contas 30 (trinta) dias após o recolhimento do recurso.

**Art. 10.** No despacho de concessão de suprimentos a servidores outros que não os indicados no Art. 7º, o Prefeito Municipal fixará o prazo para prestação de contas, observadas as peculiaridades de cada caso.

**Art. 11.** Autorizada a concessão do suprimento, é o respectivo processo remetido à Divisão de Contabilidade para registro e em seguinte, encaminhado ao Serviço de Tesouraria para fins de pagamento.

**Parágrafo único.** . A Divisão de Contabilidade, além dos registros orçamentários de rotina, manterá uma conta corrente de suprimentos, onde serão debitados os suprimentos concedidos e creditados as prestações de contas respectivas.

**Art. 12.** A Divisão de Contabilidade, através do comprovante de pagamento, contabilizará o suprimento no Ativo Disponível à débito da Conta Responsável por Suprimento de Fundos, individualizando o responsável e a crédito da Conta Disponível correspondente.

**Art. 13.** O Serviço de Tesouraria, ao entregar o numerário, sob quitação ao servidor suprido, fornecerá a este uma via do documento de pagamento (NOTA DE EMPENHO) que servirá como comprovante para fins da respectiva prestação de contas.

## **Capítulo II.** DA APLICAÇÃO DO SUPRIMENTO

**Art. 14.** Os tomadores de suprimento deverão aplicar rigorosamente cada suprimento em despesas compatíveis com a classificação orçamentária indicada pela Nota de Empenho, sendo vedada a aplicação de recursos em fins estranhos aos que se destina, sob plena de glosa, levando-se a importância glosada ao débito do responsável pela movimentação do suprimento, que deverá repor seu valor independentemente das sanções disciplinares ou legais cabíveis.

**Art. 15.** Na aplicação do suprimento deverão ser observadas as seguintes exigências:

**I.** no caso de compra de material, este deverá dar entrada no acervo da Prefeitura, exceção feita aos casos de miúdas e de pronto pagamento;

**II.** o comprovante de compra de material (fatura ou Nota Fiscal), deverá ter, no local próprio do verso, o certificado de que o material deu entrada no acervo da Prefeitura, indicando a data e contendo a assinatura do responsável, de acordo também, com as instruções indicadas no item anterior, excetuando-se ainda desta obrigatoriedade, os casos de despesas miúdas e de pronto pagamento;

**III.** a conta de prestação de serviços deverá ter no local próprio do verso, o atestado de que os serviços foram executados, assinado pelo responsável pela fiscalização dos serviços, exceção feita aos casos de despesas miúdas e de pronto pagamento;

**IV.** nas faturas e contas devem constar, o recibo datado e assinado pelo credor ou seu representante legal;

**V.** O Balancete de Prestação de Contas deverá ser servido pela autoridade indicada no §1º do art. 8º;

**VI.** as despesas miúdas e de pronto pagamento assim compreendidas as compras ou serviços de pequeno valor, de caráter urgente, que não possam ser processadas e pagas pelos trâmites normais, deverão ser arroladas em relação própria, obedecidos os seguintes requisitos:

**a).** deverão acompanhar a relação, as Notas Fiscais ou de balcão ou recibo, exceto nos casos em que for impossível obter comprovantes;

**b).** todas as notas ou recibos anexos à relação deverão ser rubricados pelo responsável pelo suprimento.

**Art. 16.** O responsável por Suprimento não poderá em nenhuma hipótese, conceder ou transferir, no todo ou em parte, recursos de seu suprimento a outrem.

**Art. 17.** O responsável por suprimento apresentará, na Divisão de Contabilidade, sua prestação de contas no prazo determinado.

**Art. 18.** Deverá ser elaborada uma prestação de contas para cada suprimento e será composta dos seguintes elementos:

**a).** Prestação de Contas do Suprimento, indicado o número da Nota de Empenho e a classificação orçamentária;

**b).** Primeira via dos comprovantes das despesas feitas, numerados em ordem crescente e relacionados;

**c).** Guia de recolhimento do saldo, se for o caso;

**d).** Cópia da Nota de Empenho correspondente ao suprimento.

**Art. 19.** Não serão aceitas como comprovantes de despesas:

**a).** Notas Fiscais de Boites, Discotecas ou outros Clubes Noturnos , salvo se as despesas se referirem a refeições;

**b).** Notas Fiscais ou recibos rasurados;

**c).** Notas Fiscais sem a devida discriminação das despesas, sem data ou que não estejam nominais à Prefeitura Municipal, exceção feita, neste último caso, as Notas Fiscais de estadias;

**d).** Tickets de quaisquer espécies;

**e).** *Notas Fiscais de aquisição de objetos ou materiais de uso pessoal.*

**Art. 20.** *No último dia do mês de dezembro, os saldos não aplicados, deverão ser recolhidos ao Serviço da Tesouraria.*

**Art. 21.** *Os saldos em poder dos servidores, após o dia indicado no artigo anterior, serão considerados em alcance, ficando os responsáveis, até o recolhimento, sujeitos a juros de mora, correção monetária, multa e demais cominações legais cabíveis.*

**Art. 22.** *O recolhimento de saldos que se verificar dentro do exercício da concessão do suprimento, será considerado:*

**I.** *Na Divisão de Contabilidade: como anulação de despesa revertendo o seu valor ao crédito orçamentário próprio; e,*

**II.** *Na Contabilidade: como baixa de responsabilidade na conta do responsável por suprimento de Fundos à débito da conta DISPONÍVEL correspondente.*

**Art. 23.** *O recolhimento de saldos de suprimento que se verificar eventualmente em exercício posterior ao da concessão, será escriturado como Receita do Exercício em se deu o recolhimento, sob o título "RECEITAS DIVERSAS" - Indenizações e Restituições, sem prejuízos da aplicação das disposições do art. 21º.*

**Art. 24.** *As prestações de contas de suprimentos darão entrada na Divisão de Contabilidade que, além de lançamentos financeiros, examinará todas elas, quanto aos aspectos programático, aritmético e legal, impondo aconselhável glosas que se justificarem.*

**Parágrafo único.** *. Quando ocorrer a hipótese de glosa imputada pela Divisão de Contabilidade, deverá esta, proceder de conformidade com as disposições do Art. 14º.*



**Art. 25.** *As prestações de contas de suprimentos serão datadas e assinadas pelo servidor responsável pela sua movimentação (tomador) e visto pelo respectivo Secretário ou Chefe imediato quando for o caso.*

**Art. 26.** *Fica sob a responsabilidade do servidor suprido, a retenção na fonte do imposto de renda, do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e outras retenções que eventualmente ocorrer no ato do pagamento da despesa.*

**Art. 27.** *As dúvidas consequentes da interpretação das normas instituídas por este Decreto, serão dirigidas pela Divisão de Contabilidade.*

**Art. 28.** *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM, 31/08/1983*

*ENG° JOSÉ VICENTE DE SANCTIS PIRES*  
*PREFEITO*  
*MUNICIPAL*

---

*Lei Ordinária Nº 505/1983 - 31 de agosto de 1983*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*